

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DOS ACAMPAMENTOS: O CASO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PARÁ¹

PEASANT TERRITORIALIZATION IN SOUTHEASTERN PARÁ FROM THE CAMPS: THE CASE OF CANAÃ DOS CARAJÁS-
PARÁ

TERRITORIALIZACIÓN CAMPESINA EN EL SUDESTE DE PARÁ DESDE LOS CAMPOS: EL CASO DE CANAÃ DOS
CARAJÁS-PARÁ

RESUMO

O artigo objetiva discutir a territorialização da luta pela terra por meio dos acampamentos, a partir da realidade de Canaã dos Carajás - Pará. Esses acampamentos empreendem uma disputa territorial por áreas de interesse mineral da empresa Vale S.A., cujos vários investimentos visam a monopolização do território e/ou o seu controle, com vistas a definição de uma única via possível de desenvolvimento regional pautado na produção de *commodities*, que por sua vez promove a desterritorialização de diversos sujeitos do campo. Para alcançar o objetivo proposto, fez-se revisão bibliográfica, análise documental, trabalho de campo, observação sistemática. Além disso, aplicou-se questionários, entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico e realizou-se a construção de uma cartografia temática.

Palavras-chave: acampamentos; território; Vale S.A. Canaã dos Carajás; movimentos sociais e sindicais.

ABSTRACT

The paper aims to discuss the territorialisation of the struggle for land through the encampments, from the reality of Canaã dos Carajás-Pará. These camps undertake a territorial dispute for areas of mineral interest of the company Vale S.A., whose various investments aim at the monopolization of the territory and/or its control, with a view to defining a single possible path of regional development based on the production of commodities, which in turn promotes the deterritorialization of various subjects in the field. To achieve the proposed goal, it was done bibliographic review, document analysis, field work, systematic observation. Furthermore, questionnaires, semi-structured interviews, photographic record, and thematic cartography were carried out.

Keywords: camps; territory; Vale S.A. Canaã dos Carajás; social movements and unions.

 Rogério Rego Miranda^a

 Lucas Ferreira Gomes^b

^a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, PA, Brasil

^b Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, PA, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.75112

Correspondência:

rogeriomir@unifesspa.edu.br

Recebido em: 05 fev. 2023

Revisado em: 28 abr. 2023

Aceito em: 05 jul. 2023

¹ Esse artigo é produto do projeto de pesquisa intitulado "A Territorialidade da Luta pela Terra no Sudeste Paraense a partir dos Movimentos Sociais/MST e Sindicais/FETAGRI-PA", financiado pela Fapespa (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).



RESUMEN

El artículo pretende discutir la territorialización de la lucha por la tierra a través de los campamentos, a partir de la realidad de Canaã dos Carajás-Pará. Estos campos emprenden una disputa territorial por las áreas de interés mineral de la empresa Vale S.A., cuyas diversas inversiones tienen como objetivo el acaparamiento del territorio y/o su control, con el fin de definir un único camino posible de desarrollo regional basado en la producción de productos básicos, lo que a su vez promueve la desterritorialización de diversos sujetos del campo. Para lograr el objetivo propuesto, se aplicaron el examen bibliográfico, el análisis de documentos, el trabajo de campo, la observación sistemática. Además, se aplicaron cuestionarios, entrevistas semiestructuradas, registros fotográficos y se construyó una cartografía temática.

Palabras-clave: campos; territorio; Vale S.A. Canaã dos Carajás; movimientos sociales y sindicatos.



INTRODUÇÃO

A luta pela terra tem-se constituído em uma das principais estratégias de territorialização camponesa na Amazônia, face ao processo histórico de expropriação dos sujeitos do campo. O sudeste paraense, particularmente, possui desde sua gênese a concentração fundiária gestada a partir de atividades extrativas voltadas ao mercado internacional. Inicialmente ocorreu a exploração do caucho², ainda que por um curto período, referente ao final da economia da borracha no século XX. Em substituição ao caucho, há o aproveitamento comercial da Castanha-do Pará, do diamante e do cristal de rocha (esses últimos, foram pouco expressivos e, eram complementares a atividade da extração da castanha), principalmente entre as décadas de 1920 e 1960, momento que emerge a oligarquia agrária regional, responsável por se apropriar privadamente das áreas de incidência das castanheiras, antes de uso coletivo, mediante ao benefício de cessão de uso concedido pelo governo paraense. Com o declínio da economia da castanha e diante do projeto de modernização da Amazônia pela União na década de 1970, concebe-se em curso o forte incremento da extração mineral de ferro, cobre, ouro, manganês, entre outros. A economia mineral ganha destaque, especialmente, pela ação de empresas corporativas globalizadas, como a Vale S.A., que se beneficiam de incentivos fiscais, financiamentos públicos e cessão de direitos minerários por parte do Estado.

Essas atividades extrativas, ao longo do tempo, resultaram na expropriação de povos e comunidades tradicionais que hoje reivindicam o seu direito ao território, a partir de outros usos e apropriações da natureza.

Em razão desse contexto de expropriação, emergem diversos movimentos sindicais e sociais que lutam pelos seus territórios, estabelecendo estratégias de resistência, dentre as quais neste estudo destaca-se o acampamento, compreendido enquanto uma expressão territorial da luta pela terra, com especificidades que serão melhor discutidas no percurso desse artigo.

A pesquisa objetiva discutir a territorialização da luta pela terra por meio dos acampamentos, a partir da realidade de Canaã dos Carajás-Pará, nos anos de 2018 e 2019, que resistem frente às ações da empresa Vale S.A., cujos diversos empreendimentos minerários visam a monopolização do território e/ou o seu controle, com vistas a definição de uma única via possível de desenvolvimento regional pautado na produção de *commodities*.

Para alcançar o objetivo proposto, uma revisão bibliográfica acerca da temática foi realizada, bem como da formação histórico-geográfica da área pesquisa, a análise documental sobre a estrutura fundiária de Canaã dos Carajás, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Comissão Pastoral

² Árvore da qual se retira o látex para produção da borracha, porém diferentemente da seringueira, que possui a mesma finalidade, precisa ser derrubada.



da Terra (CPT). Essa problemática iniciou a partir do trabalho de campo iniciado em 2015 e que ganhou mais robustez entre os anos de 2018 e 2019, nas áreas dos empreendimentos minerários da Vale S.A. e nos sete acampamentos existentes no município, sendo quatro organizados pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), ligado à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetagri), dois sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um sob a responsabilidade da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Ao longo do trabalho de campo realizou-se a observação sistemática para se apreender o cotidiano dos acampamentos; aplicou-se questionários com cerca de 266 acampados (cerca de 24,38% do total de famílias que totalizavam 1.091); entrevistas semi-estruturadas com lideranças sindicais de movimentos sociais e da CPT (os nomes dos entrevistados permaneceram anônimos para evitar qualquer forma de violência, em virtude do cenário conflituoso a que estão expostos); registro fotográfico da paisagem referente às áreas em conflito; e uso de GPS para a construção de mapas temáticos referentes às localizações dos empreendimentos minerários, dos acampamentos e da estrutura fundiária.

O texto, além desta introdução, subdivide-se em quatro momentos. Primeiramente, discute-se conceitualmente os acampamentos enquanto territórios. Segundo, realiza-se uma leitura do processo de territorialização da luta pela terra no sudeste paraense, como vista a entender a particularidade desse processo na sub-região. Em terceiro momento, debruça-se sobre a formação dos acampamentos em Canaã dos Carajás, em razão da necessidade de organização da luta pela terra frente ao projeto de territorialização da empresa Vale S.A; e, por fim, o quarto momento que se verticaliza o olhar para dentro dos acampamentos para observar as estratégias de reprodução socioeconômica dos sem-terra nessa região.

Acampamentos enquanto territórios da luta pela terra

Os acampamentos são compreendidos nesse trabalho enquanto territórios provenientes da luta dos movimentos sociais e sindicais em relação aos agentes hegemônicos que, ao tecerem sua territorialização, visam a monopolização dos recursos (rios, florestas, terras, subsolo), contribuindo para a concentração fundiária e para a expropriação de povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, é importante realizar uma análise interpretativa sobre essas realidades, a partir das contribuições de estudos elaborados sobre a temática, porém fazendo os devidos ajustes à luz da formação territorial na qual se pesquisa, a região do sudeste paraense.



A interpretação dos acampamentos enquanto territórios não é unânime entre os estudiosos, existem aqueles que os compreendem enquanto espaços em transição, atravessados pela possibilidade iminente de perda e incertezas, logo, apenas a criação do projeto de assentamento, face sua segurança jurídico-política, configuraria um território.

Contudo, a construção desse “território-assentamento” (MIRANDA, 2021) tem suas bases históricas alicerçadas nos acampamentos, que apresentam particularidades em termos da natureza do seu território, a qual será objeto de análise no presente artigo.

Ramos Filho (2002) interpreta o acampamento enquanto uma territorialidade dos excluídos, face sua organização política, do trabalho na terra e aos seus sentidos e usos atribuídos. Essa (re)territorialização dos acampados, enquanto exercício do poder, em suas múltiplas dimensões, alçando a apropriação e a permanência em um dado espaço, inicia-se com o trabalho de base para a organização e mobilização das famílias sem-terra; em seguida pela ocupação parcial da área pleiteada, visando chamar atenção da sociedade para a questão agrária, pressionando o Estado e o judiciário, ao mesmo tempo que buscam resistir as investidas violentas dos latifundiários, que almejam expulsar os sem-terra; por fim, os acampados apropriam-se do interior da fazenda para a realização de atividades produtivas, desenvolvidas coletivamente. Assim, firmando os limites territoriais do acampamento, cujos anos e interações socioespaciais vão criando o sentimento de pertencimento. Conforme os sem-terra se territorializam, eles imprimem uma desterritorialização (relativa) ao latifundiário que vai perdendo força no controle da propriedade (embora não se saiba por quanto tempo ou se será definitivo).

Esse território específico dos sem-terra se estrutura quando a organização e a mobilização coletiva, por meio dos movimentos sociais, redefinem os limites e o acesso ao latifúndio (IHA, 2005), que passa a ser de posse (ainda que indefinida) dos acampados, que constroem estratégias para permanecerem na propriedade, reivindicando a criação do assentamento.

Em outras palavras, depreende-se que os acampamentos constituem territórios, compreendidos por Sack (2011, p.76, grifo do autor) enquanto a *“tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”*, sendo para o autor essa a forma espacial do poder.

Contudo, o poder não se limita ao âmbito jurídico-político, ele é mais amplo, apresentando-se em sua dimensão econômica e cultural-simbólica, bem como não emana de um único ponto do espaço ou agente, por esse motivo, para Haesbaert (2004), o território está *“imerso em relações de dominação e/ou de apropriação*



sociedade-espaço, que se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (p. 95-96).

Diante do exposto, pretende-se tecer algumas considerações sobre os acampamentos e a causa de configurarem territórios, salvaguardando suas especificidades.

Os acampamentos acabam por figurar um momento intersticial entre a condição de sem-terra e de assentado, ainda que seja enquanto um horizonte incerto, como bem assevera a fala de um acampado:

[O que significa ser acampado?] É eu esperar receber essa terra e trabalhar. Eu nasci na roça e a gente da roça só fica feliz se trabalhar na roça. (Informante A, acampado no Helenira Resende, Marabá-PA, entrevista concedida em novembro de 2015).

Esse momento de transição é marcado pela relativa provisoriade, precariedade e mobilidade, face ao *modus operandi* dos acampamentos, qual seja: organização/formação dos sujeitos que irão realizar a ocupação da terra - ocupação da terra pleiteada para fins de reforma agrária - despejos e remanejamentos dos acampados - reocupação da área ou de suas proximidades. Processo que demanda anos de resistência, colaborando para que muitos desistam e/ou adentrem novos sujeitos nos acampamentos, além de interferir na variação do número de famílias ao longo do tempo.

Para Turatti (2005), esses acampamentos representam situações liminares, os quais, por sua vez, tratam de uma passagem que apresenta um *ethos* do tempo anterior e convive com as mudanças preparatórias em direção ao tempo que se anuncia. A autora afirma que esses territórios se constituem em um rito de passagem “configurado por uma etapa em que os acampados foram separados de seu universo social anterior e cumprem normas rituais que os qualificam para uma agregação social futura com características de estabilidade” (TURATTI, 2005, p. 69).

A sua localização e organização territorial obedece a uma estratégia que garante aos acampados a sua permanência. Por esse motivo, eles ficam em locais altos ou ao menos com visibilidade em relação ao entorno, para o fim do controle de acesso aos de “fora”, com vistas à proteção aos de “dentro”. A proximidade de recursos naturais, como água para o consumo e floresta para caça e de estradas que viabilizem a circulação, são fundamentais para os afazeres cotidianos. A estruturação das casas de lona, restos de madeira ou palha dispostas em fileiras formando ruas e quadras permite a melhor circulação interna e o sentido de vizinhança. Nesses territórios, também vão se erguendo “instituições” como igrejas, escolas e/ou creches e, principalmente, os “barracões” das reuniões e assembleias, que, como assevera Turatti (2005), contêm bens coletivos, portanto, são ambientes de acesso público em contraposição a área privada das moradias. Nas



entradas dos acampamentos também é perceptível os símbolos do movimento social ou sindical que os organizam, dando-lhes uma certa identidade.

No âmbito das relações internas, as sociabilidades são tecidas no cotidiano mediante ao estabelecimento das ações coletivas (ajuda na construção das casas, vigia, obtenção de alimentos, mobilizações como manifestações, ocupação de prédios públicos e privados etc.) e normas de uso do acampamento (horário de entrada e saída, permissão para exercer trabalho fora, proibição de drogas lícitas ou não, caça apenas para alimentação etc.). Ademais, existe uma hierarquia na coordenação do acampamento, ainda que de maneira não explícita, visto que são aqueles que estão mais próximos ao movimento sem-terra que tomam as decisões estratégicas, participam de reuniões de negociação em instituições e mediam as relações dentro do acampamento. Essa vivência leva em certa medida ao que Turatti (2005) define como sociabilidade forçada, visto que se desenvolvem relações prático-utilitaristas, a medida em que, a troca mútua de bens e serviços é definida pela obrigação de divisão de objetos, alimentos, roupas, entre outros elementos escassos e pelas solicitações, como a promessa de retorno, fazendo inexistir um sistema de prestações e contraprestações baseados na obrigação simbólica e na economia moral. Assim sendo, as trocas se realizam pautadas principalmente nos contratos individuais da sociedade urbana, “racionalmente calculados com relação a lucros e dividendos, ainda que não exista o dinheiro como moeda de troca geral” (TURATTI, 2005. p. 94), isso porque a ajuda mútua ocorre também pela troca de serviços entre os acampados.

Essa sociabilidade forçada aludida acima ocorre especialmente em realidades em que inexistem redes de parentesco, as quais são mais comuns nos acampamentos recentes, visto que vários assentados ao verem o núcleo familiar crescer bastante, eles contribuem para que seus parentes, atuantes muitas vezes desde a infância ou juventude na luta pela terra, igualmente também conquistem sua terra.

(...) só resolver esse acampamento aqui e vou tocar minha vida, porque se eu assentar meus dois filhos, que tem... que tem... que tem cadastro aqui né. Que são cadastrados. Eu mesmo... eu não tenho cadastro aqui, porque eu já sou assentado. Não posso fazer... não posso ter duas terras, né, mas eu tenho meus dois filhos. Eu assentando eles, eu vou pro meu lotinho. (Informante B, acampado do Nova Conquista II. Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 03 agosto de 2019).

A própria disposição espacial das casas no acampamento começa a considerar essas relações de parentesco, conforme relata um acampado

Segue... segue quando vem a família, nós tentamos sempre fazer os barracos perto um do outro, porque onde tem uma família existe um chefe dela, né. Tem a Dona Isabel que tem três filhos, genros e todos moram bem próximos a ela. Quando algum deles faz algo errado nós a chamamos e conversamos. (Informante B, acampado do Nova Conquista II. Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 03 agosto de 2019).



De acordo com Loera (2009), a inserção das pessoas nas ocupações de terras se realiza devido a existência dessa rede de relações estabelecida entre indivíduos próximos ou parentes, compreendendo um “conjunto de inter-relações pessoais pelas quais se vincula um conjunto de indivíduos” (LOERA, 2009, p. 74). Essas redes são estabelecidas em virtude das “práticas sociais que surgem como o resultado agregado do fato de que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de ação semelhantes” (PINA CABRAL, 1996, p.46). Há, igualmente, diversas trocas dos acampados em relação aos assentados, com indivíduos dos seus lugares de origem e entre os próprios acampados que geram condições de sustento econômico e social, permitindo a permanência no acampamento. Com efeito, essas redes possibilitam a formação de grupos de acampados e acionam uma espiral de ocupações de terras, visto que assentados (ou filhos de assentados) realizam convites (trabalho de base) para que outros sujeitos (que fazem parte das redes de proximidade) construam novos acampamentos. Desta forma, a ocupação se realiza com a integração de assentados e os sem-terra, nos quais os primeiros participam do trabalho de base que se pautam em redes de parentesco, amizade e vizinhança.

Essas redes apresentam uma expressão espacial, denominada de *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* (MIRANDA, 2017) que garante articulação, comunicação e ajuda mútua em graus diversos entre os assentamentos e acampamentos que possivelmente tornar-se-ão PAs, seja por meio da organização da ocupação de terra, negociação com o INCRA e manifestações, ou seja, através da rede de parentesco que se desenvolve entre as áreas.

Nessa rede geográfica, os assentamentos são fundamentais para a permanência da luta, pois são bases logísticas e de formação política de novos acampamentos. Isso ocorre de duas maneiras: a primeira é acolher aqueles sujeitos que efetuarão uma ocupação em uma dada fazenda próxima, depois ajudar a planejar a ação e a executá-la, destacando membros do assentamento e de outros para mobilizar o maior contingente de pessoas possível e, assim, ter maior possibilidade de êxito ao entrar na área pretendida, evitando fortes retaliações dos fazendeiros e do aparelho policial do Estado. A ocupação pode desenvolver a construção de um acampamento que é passível de sofrer processos de reintegração de posse por parte do pretenso proprietário da terra, que concorrem para a retirada, muitas vezes violenta, dos sem-terra da fazenda. Assim sendo, surge o segundo momento de ajuda do assentamento, que serve novamente de local ao reagrupamento dos acampados até surgir outra oportunidade de ocupar a área.

Essa rede permite a permanência dos acampamentos e é aliada à rede técnica (telefones, internet etc.), favorecendo ações de resistência em relação aos agentes econômicos com vistas a se territorializarem, conforme relata um dos acampados:



Até mesmo ali, nós ocupamos como ponto estratégico né, porque a nossa ideia era ter gente em cada local da Vale para pressioná-la. Por exemplo, se fecharmos o [Projeto] Sossego aqui, tudo para né... Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui [Canaã dos Carajás] e os meninos fecharam lá em Serra Pelada [Curionópolis]. A outra turma fechou a subida da Serra dos Carajás [Parauapebas]. Aí parou tudo! Fechamos às quatro horas da manhã. Começou o dia e a Vale estava toda parada. (Informante B, acampado do Nova Conquista II. Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 03 agosto de 2019).

Frente a esses elementos comuns manifestos, salvaguardando as especificidades regionais e dos próprios movimentos sociais e sindicais envolvidos, Sigaud (cf. 2000; 2005; 2009) afirma que esses territórios de resistência compreendem a *formas acampamento*, ou seja, os acampamentos são mais do que um local de reunião de indivíduos para reivindicarem a desapropriação da área, visto que manifestam

[...] técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* [...]. Trata-se de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST. (SIGAUD, 2005, p. 260)

Para Fernandes (2001), o acampamento congrega três dimensões do espaço de socialização política, a saber: espaço de luta e resistência (enfrentamento com o Estado e o latifúndio); espaço comunicativo (formação política e troca de experiências); e o espaço interativo (o acampado produz reflexões sobre sua história e elabora coletivamente propostas).

Em suma, os acampados ao construírem seus acampamentos territorializam-se, ainda que precariamente, em decorrência das adversidades encontradas em seus cotidianos, como parca alimentação, dificuldades de encontrar água potável para suas atividades diárias, ausência de saneamento básico, limitações em termos de direitos sociais como saúde e educação etc., e com relativa provisoriedade (devido ao *modus operandi*: ocupação-acampamento-reintegração de posse-reocupação), visto que podem sofrer processos de reintegração de posse. Contudo, o que se observa é a persistência e a longa permanência dos acampados, a exemplo daqueles que residem em Canaã dos Carajás, que ocupam áreas de interesse mineral da Vale S.A. desde o ano de 2015.

Os territórios construídos por meio dos acampamentos são tecidos por relações de poder de diversas ordens, bem como são assimétricos, tanto pelas hierarquias criadas internamente, quanto pelas disputas que se desenvolvem em relação aos agentes econômicos que se autoproclamam proprietários da terra ocupada, mesmo com indícios de irregularidades nos órgãos competentes pelos assuntos fundiários.

Para a realização dessa disputa se define limites que visam controlar o acesso dos de “fora” e normatizar os usos do território pelos de “dentro”, com vistas às proteções e manutenções da área. Um

elemento representativo desse controle e delimitação dos limites são as guaritas construídas nas entradas dos acampamentos (ver figura 1)

Figura 1 – Guaritas dos acampamentos localizados no sudeste paraense, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A) Acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás-Pará. B) Acampamentos Helenira Resende, Marabá-Pará. C) Acampamento Grotão do Mutum, Canaã dos Carajás-Pará. D) Acampamento Nova Conquista II, Canaã dos Carajás-Pará.

A rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, por sua vez, permite que a ajuda entre os acampamentos e entre esses e os assentamentos, construam formas de resistência *in loco*, pois em momentos de conflito existe a assistência de vários acampados oriundos de outros territórios de resistência organizados pelo movimento; e, externamente, em situações de mobilização que exigem um elevado número de pessoas a serem concentradas em um local específico (ocupações de prédios públicos e privados ou fechamento de estradas e ferrovias) ou em vários locais ao mesmo tempo.

Como essa rede se alicerça também por relações de parentesco ou de proximidade, facilita o processo de “enraizamento” econômico-político (produção de víveres e criações de animais voltados para o consumo, bem como uma politização no sentido de plantar e colher e de ter-se uma terra para dela viver e não especular) e cultural-simbólico (as identidades geradas por meios das interações interpessoais, as quais estão ligadas ao movimento pela mística, as histórias de vida que se entrecruzam, a terra etc.) dos acampados, o que não isenta o acampamento de conflitos ou sociabilidades forçadas.

Com o intuito de se territorializarem, promovem igualmente a ocupação de toda ou parte da área pleiteada (quando é possível, em virtude das variadas situações de conflito) para fins de reforma agrária, pois isso, garante aumento na produtividade referente aos cultivos e criações, podendo obter um excedente para ser vendido nos comércios locais, diminuindo a dependência de doações. Essa produção igualmente tem um sentido político, conforme revela um dos acampados:



A nossa que (...) nós consideramos a maior forma de resistência é a produção, e resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir (...) isso por exemplo, produzir alimento, auto se sustentar aqui, é a nossa maior forma de resistência (...) é tão mais importante do que ocupar um prédio público ou uma estrada. Porque se a gente se manter aqui e ganhar, com isso nós pretendemos ganhar o apoio do pessoal da cidade (...) olha o cara [camponês] tá trabalhando lá, vocês falam que ele é preguiçoso, mas ele está produzindo o alimento dele, e ele ainda traz para vender para cá. (...). Para se ganhar uma terra tem que ocupar. O nosso lema é ocupar, resistir e produzir. (Informante C, acampado do Eduardo Galeano, Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 04 agosto de 2019).

Essa territorialização dos acampados não autoriza indicar uma mudança substantiva na estrutura fundiária extremamente concentrada ou em uma desterritorialização dos agentes hegemônicos de maneira resolva. Ao contrário, esse processo implica em diversas estratégias de reterritorialização por parte desses últimos, que se utilizam da violência em suas diversas facetas (ameaças de morte, assassinatos, intimidações físicas, reintegrações de posse, criminalização dos movimentos sociais, dentre outras) ou até mesmo alteram leis com o intuito de se beneficiarem.

Em termos sintéticos, realizou-se uma apresentação sumária dos principais elementos que definem o acampamento enquanto um território de luta pela terra, a partir do quadro 1.

Quadro 1 – Principais características dos acampamentos enquanto territórios de luta pela terra, 2019.

Aspectos	Acampamentos no sudeste paraense
Território	Relativamente provisório (mas de longa duração), precário (face as condições adversas) e indefinido (devido a possibilidade constante de reintegrações de posse, expulsão por seguranças armados, dentre outros).
Perfil dos acampados	Trabalhadores migrantes rurais e urbanos que permanecem na mobilidade buscando se territorializar.
Atividades Produtivas	Relativamente escassas, permitindo com certa dificuldade à manutenção do núcleo familiar, com pequenos excedentes voltados para o mercado local e rendas adquiridas “fora” do acampamento, a partir de serviços em vilas, cidades ou fazendas próximas.
Organização espacial	Organização dos acampamentos em vilas onde se concentram as “instituições” (barracões de reuniões, igrejas, escolas), casas (de lona, barro, restos de madeira ou palha), comércios etc. Ao entorno da vila se formam lotes agrícolas individuais, onde as famílias cultivam seus víveres e criam seus animais.
Sociabilidade	Solidariedade “forçada” entrecortada pela prevalência de garantias individuais, mas também por ações coletivas que afiançam a manutenção do acampamento, como vigia, construção de casas, mobilizações, dentre outras.
Redes	As redes ocorrem em relação aos sujeitos que se articulam em torno de interações parentais preexistentes ou construídas no acampamento; e geográficas, em razão dos intercâmbios existentes entre os próprios acampamentos e entre eles e os assentamentos organizados pelos movimentos sociais e sindicais.
Relação com o movimento sindical e social	Dependência face a necessidade de organização da luta interna e externa.
Condição Jurídica	I-legal face a condição de se apropriarem de áreas que embora apresentem irregularidades nos órgãos fundiários, há uma chancela jurídica que garante o direito de propriedade ao fazendeiro ou empresa até que a situação seja regularizada.

Fonte: Fernandes (2001); Sigaud (2009); Turatti (2005); Miranda (2017).



Com base nas premissas aludidas acima sobre os acampamentos, será discutido, em seguida, a particularidade da luta pela terra no sudeste paraense a partir desses territórios.

Territorialização da luta pela terra no sudeste paraense

O município de Canaã dos Carajás surgiu oficialmente em 1994 a partir do desmembramento territorial de Parauapebas, porém sua origem advém do período da ditadura civil-militar, no qual o Estado brasileiro intervia incisivamente na região amazônica com a intenção de “modernizá-la” para atrair investimentos de capitais nacionais e estrangeiros. Para esse fim, cria uma infraestrutura logística para circulação (rodovias, portos e ferrovias), sistema de telecomunicação, geração de energia por meio de hidrelétricas e projetos de colonização. Tais investimentos aprofundaram os conflitos fundiários, pois expropriaram os povos e comunidades tradicionais de seus territórios para ceder os recursos (rios, florestas, terra e subsolo-minérios) ali existentes aos agentes econômicos do Centro-Sul brasileiro e do exterior.

Nesse contexto, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão responsável na época por gerenciar os assuntos fundiários, ficando sob sua incumbência funções como a colonização estatal via criação de Projetos de Assentamentos.

No ano de 1982, esse órgão, em comum acordo com a CVRD³, criou o Projeto de Assentamento Carajás I, II e III, com o intuito de assistir 1.551 famílias oriundas principalmente dos estados de Goiás e Maranhão. Para obter um maior controle sobre a área, o GETAT criou três Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE I, II e III), nos quais foram construídas vilas a 70 quilômetros equidistantes uma da outra. O PA Carajás tinha por objetivo possibilitar um maior cinturão de proteção para a porção territorial de concessão minerária da CVRD de 411 mil hectares, atualmente denominada de Floresta Nacional de Carajás. Assim, evitando ocupações de terras na área por parte dos trabalhadores rurais e, também, foi definido como um polo agrícola para o abastecimento da região do Programa Grande Carajás (PGC) para diminuir os conflitos de terra na região do Bico do Papagaio. Posteriormente, os CEDERE II e III deram origem ao município de Canaã dos Carajás, enquanto o CEDERE I permaneceu sob a administração do município de Parauapebas (CRUZ, 2015).

Os PAs Carajás II e III foram gradativamente desapropriados por grandes fazendeiros e/ou comerciantes da região, pois os antigos trabalhadores rurais assentados pelo GETAT não possuíam assistência técnica e financeira que lhes possibilitassem desenvolver suas produções de maneira satisfatória, além de

³ A companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942 tendo como principal acionista a União, porém, em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi privatizada e passou a ser chamada de Vale S.A.



dificuldades em termos de circulação para o escoamento das mercadorias, que muitas vezes eram feitas por meio de animais e das pessoas. Muitos sofriam de doenças como malária e vinham à óbito por não ter assistência médica ou meios de se deslocarem para obtê-la. Essas condições precárias levaram muitos camponeses a venderem os lotes em que residiam. Adicionalmente, segundo Miranda (1990), em decorrência da inexistência de títulos de terra por parte dos colonos, muitos desses sujeitos tornaram-se alvo de invasões de grandes propriedades não-produtivas por meio da grilagem, gerando conflitos por terra, além do garimpo que se alastrou nos limites dos projetos.

Esses fatores contribuíram para a reconcentração fundiária existente hoje em Canaã dos Carajás, visto que, em 2017, evidenciou-se 1.045 (91,03%) estabelecimentos delimitados enquanto minifúndios e pequenas propriedades, ocupando 44.085 (33,61%) hectares, ao passo que as médias e grandes propriedades aglutinam 103 (8,97%) estabelecimentos, as quais apresentam 87.127 (66,39%) hectares do território municipal (IBGE, 2017).

Esse quadro fundiário foi agravado face as ações da Vale S.A., que vem investindo em diversos projetos minerários, resultantes de pesquisas realizadas pela empresa ainda na década de 1980, conforme foi constatado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Cristalino e na fala de um dos assentados do PA Carajás II e III:

Deixa-me te falar, no período em que nós fomos assentados em [19]84, já tinha uma pesquisa na área, não era aqui próximo a nós. Ela [Vale] estava furando ali na região, pesquisa na região do Racha Placa [Vila Mozartinópolis, área de interesse minerário do Projeto S11D], ali dentro da reserva [da Floresta] de Carajás ela furava o muro para pular e tal. E depois ela veio aqui na região, aqui já fazendo pesquisa [de lavra], furando, fazendo as picadas, e nesse período que surgiu o [Projeto] Sossego. (Informante D, sindicalista, Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 04 agosto de 2019).

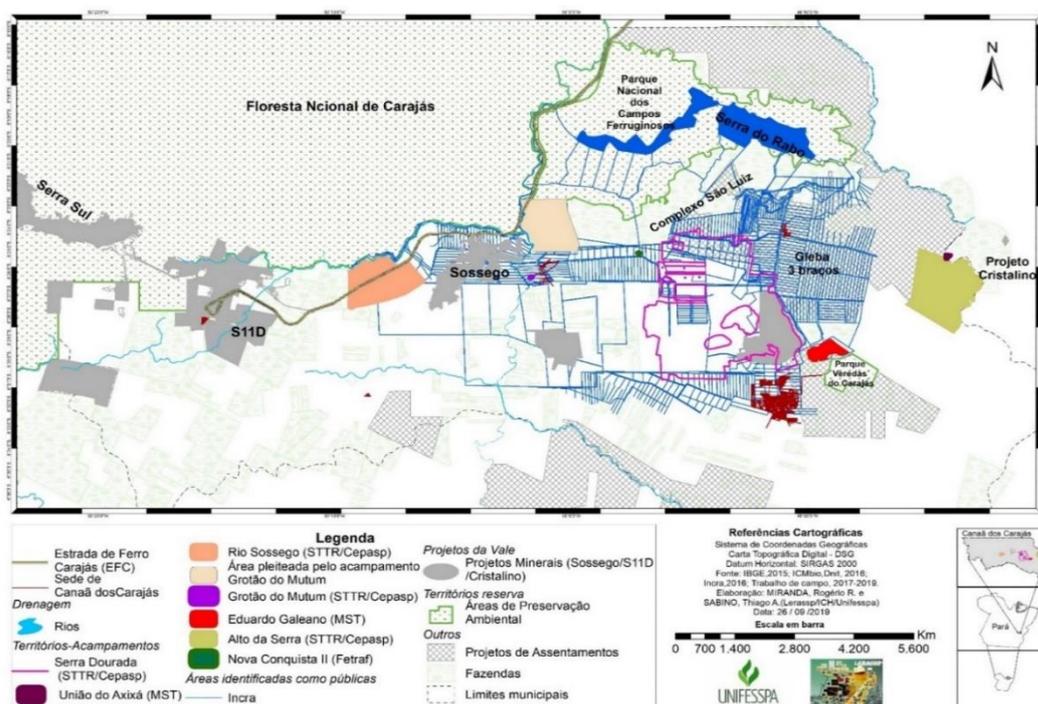
O referido projeto Sossego foi o primeiro a ser implementado pela empresa em Canaã dos Carajás, no ano de 2004, com o objetivo de explorar cobre e ouro. Em seguida, houve a instalação do S11D Eliezer Batista, considerado pela Vale seu maior empreendimento, que começa a funcionar em 2015 com capacidade de extrair 90 milhões de toneladas de ferro por ano. Existem igualmente diversos outros projetos programados, como o Níquel Vermelho para a exploração de níquel e cobalto e o Cristalino para extração de cobre.

Ao todo, a empresa possui no município 108.434,39 hectares de concessão de lavra e a requisição de mais 95.150,61 hectares solicitados para pesquisa e requerimento de lavra (DNPM, 2020). Em razão desses empreendimentos, vários territórios camponeses acabaram sendo redefinidos, com o remanejamento desses sujeitos, a exemplo da Vila Mozartinópolis, cujos moradores foram realocados para o PA Américo Santana.

Com vista a proteger seus empreendimentos, especialmente o S11D, a Vale propõe como meio compensatório para os danos ambientais causados pela extração mineral a criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos em 2017, que ocupa uma extensão de 79.086, 04 hectares.

Porém, no território em questão, de acordo com Santos (2018), existem 26 famílias de trabalhadores rurais que vivem em uma área de 3.600 hectares, compreendendo a 4,8% da Unidade de Conservação (UC), as quais deverão ser indenizadas pela União. Além da identificação por parte do Inca de 4.682,91 hectares de terras públicas, há a existência de propriedades adquiridas pela empresa que pertenciam ao PA Carajás II e III, a exemplo do complexo São Luiz, composto por propriedades particulares regularizadas por meio de títulos emitidos pelo extinto GETAT e por lotes do governo federal (que somam um total de 715,5567 hectares), por serem de projetos de assentamento, mas obtidos de maneira irregular sob a justificativa de estarem no interior do Parque (ver figura 3 abaixo).

Figura 3 – Territórios em disputa em Canaã dos Carajás-PA, 2019.



Fonte: IBGE (2015), Icmbio (2018), CAR (2020), Trabalho de Campo.

Por fim, existe a Gleba Três Braços, com uma área de 31.374,7710 hectares, a qual foi arrecadada pela União pelo decreto lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971. Uma parte dessa gleba, mais precisamente 22.045,4400 hectares, foi alienada, por doação modal, ao Estado do Pará, conforme lei 6.897 de 30 de março de 1981 (BRASIL, 1981). Essa última área deveria ser transferida, conforme art. 2º da referida lei, aos sujeitos que tiveram suas terras ocupadas com a implantação da Colônia Agropastoril Nova Esperança, localizada em



Santana do Araguaia. Entretanto, essa área desmembrada da Gleba Três Braços não foi ocupada pelos seus destinatários em forma de lei e acabou sendo local de disputa por ser objeto de interesse minerário (Projeto Ferro Níquel), ver figura 3 acima.

Essas ações da Vale visaram a monopolização das terras e o controle sobre o território de interesse minerário, que, por sua vez, produziram uma série de mazelas sociais, visto que seus empreendimentos contribuíram para um forte fluxo migratório de cidades próximas (bem como da zona rural de Canaã dos Carajás em direção sua área urbana) ou de outros estados, como Maranhão e Tocantins, cujos sujeitos não foram integralmente incorporados ao mercado de trabalho, contribuindo para a elevação das taxas de desemprego ou subemprego e ampliação das periferias. Isso também, igualmente inflacionou o mercado de terras, elevando o preço das propriedades e a especulação imobiliária, além da concentração fundiária que permitiu a conversão de pequenas propriedades voltadas para a agricultura camponesa para médias e grandes propriedades agropecuárias, que muitas vezes são adquiridas pela empresa, mas com a cessão dos direitos de uso aos fazendeiros para que as protejam de possíveis ocupações de terras, utilizando-se do expediente da violência e criminalização de lideranças sindicais.

Esse processo aumentou a pobreza da população rural e urbana que diante de uma realidade de grande desigualdade social e com precarização das condições de vida, se organizam em movimentos sociais e sindicais para reivindicarem seu direito ao território apropriado pela Vale, pleiteando outros usos territoriais que não sejam apenas os voltados para a exploração de *commodities*.

Nesse contexto, o STTR de Canaã dos Carajás, atuante desde 1997, iniciou um processo de debate com a sociedade local acerca das apropriações indevidas de terras praticadas pela Vale e os problemas socioambientais gerados pelos projetos minerais, estabelecendo um diálogo com outras organizações, como a CPT e o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), para auxiliarem no âmbito jurídico e da organização política, com vistas às reconquistas desses territórios da mineração, alçando retomar as atividades agrícolas para viabilizar a reprodução social e econômica das famílias sem-terra.

Paralelamente, o sindicato realizou um levantamento junto ao Inca acerca da documentação das áreas apropriadas pela empresa, momento em que se constatou irregularidades.

Tal situação motivou a ocupação das áreas de interesse minerário da Vale. Desta forma, ocupa-se inicialmente a fazenda São Luiz, no dia 13 de julho de 2015. Nos dias subsequentes ocuparam a fazenda Planalto Serra Dourada, a Gleba Três Braços e a fazenda Jacafé. Nesses locais construíram, respectivamente, os acampamentos Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada, Rio Sossego e Alto da Serra. Além desses,



formaram-se mais três acampamentos por movimentos diferentes, a saber: o MST, o qual ocupou a fazenda Retiro do Zequinha no dia 29 de julho de 2015, formando o acampamento Eduardo Galeano e a fazenda Boa Sorte, resultando no acampamento União do Axixá; e a Fetraf, a qual organizou um grupo dissidente do União do Axixá, o qual se direcionou para a fazenda São Luiz, porém não conseguiu ocupar a área devido ação violenta dos seguranças da Vale, que os expulsaram e passaram a residir em uma pequena propriedade nas proximidades da referida fazenda, cedida provisoriamente por uma proprietária de terras residente em Curionópolis. Porém, hoje encontram-se em uma área concedida pela Prefeitura Municipal de Parauapebas – ver quadro 2 a seguir e a figura 3 acima.

Quadro 2 - Acampamentos organizados por movimento sociais e sindicais em Canaã dos Carajás, 2019

Acampamentos	Ano de Criação	Movimento social / sindical	Área Ocupada	Área Pleiteada	Número de famílias
Rio Sossego	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Glebas Três Braços, Chicrim e Buriti II Parte A	Glebas Três Braços, Chicrim e Buriti II Parte A	48
Alto da Serra	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Fazenda JACAFÉ (Área próxima do projeto Cristalino)	Fazenda JACAFÉ	100
Planalto Serra Dourada	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Gleba Três Braços, Lotes do PA Carajás II e III e Fazenda Serra Dourada.	Gleba Três Braços, Lotes do PA Carajás II e III e Fazenda Serra Dourada.	467
Grotão do Mutum	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Área da prefeitura	Fazenda São Luís e Lotes do PA Carajás II e III.	80
Eduardo Galeano	2015	MST/Cepasp /CPT	Fazenda Retiro do Zequinha	Fazenda Retiro do Zequinha	78
União do Axixá	2015	MST/Cepasp /CPT	Fazenda Boa Sorte (Área próxima do projeto Cristalino)	Fazenda Boa Sorte	140
Nova Conquista II	2015	Fetraf	Área da fazenda cedida pela proprietária	Aguardando uma área deliberada pela Vale	178
Total					1.091

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Esses acampamentos foram alvos de diversas ações violentas por parte da Vale, especialmente em seus anos iniciais, visto o rígido controle territorial exercido pela empresa com vistas a desterritorializá-los, tais como: a impossibilidade de acesso às estradas que atravessam os acampamentos, sob pena de ameaças e agressões físicas de seguranças privados, monitoramento dos acampamentos por meio de helicópteros e drones, responsáveis por intimidar e levantar informações sobre os acampados, especialmente as lideranças, para futuros processos criminais e de pedidos de reintegração de posse, muitas vezes acatados, mesmo diante



de flagrantes irregularidades, como ocorreu com o acampamento Grotão do Mutum, hoje localizado em uma diminuta parcela de terra cedida pela Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, nas proximidades da vila Bom Jesus.

Por seu turno, os acampamentos resistem tecendo algumas estratégias como as mobilizações coletivas, a exemplo de ocupação de prédios públicos (Fóruns, Câmaras Municipais, Incra etc.) e privados (sedes empresariais da Vale), para tencionar com o Estado e com o setor privado, no sentido de não aplicarem liminares de despejo ou reivindicarem direitos sociais como escola para as crianças e jovens e assistência médica, bloqueando estradas de acesso aos projetos minerais, bem como a ferrovia que escoava produção de ferro e cobre (Estrada de Ferro Carajás), gerando prejuízos, pois impede a circulação momentânea das *commodities* e com isso aumenta o tempo de giro do capital, uma vez que não chega ao mercado consumidor internacional em tempo hábil.

E, por fim, a ocupação total ou parcial da área pleiteada para fins de reforma agrária, para viabilizar melhores condições de reprodução econômica, pois garante um relativo aumento da produtividade agrícola e a criação de animais, que serve ao consumo do núcleo familiar e ao “mercado de excedentes” (MARTINS, 2009).

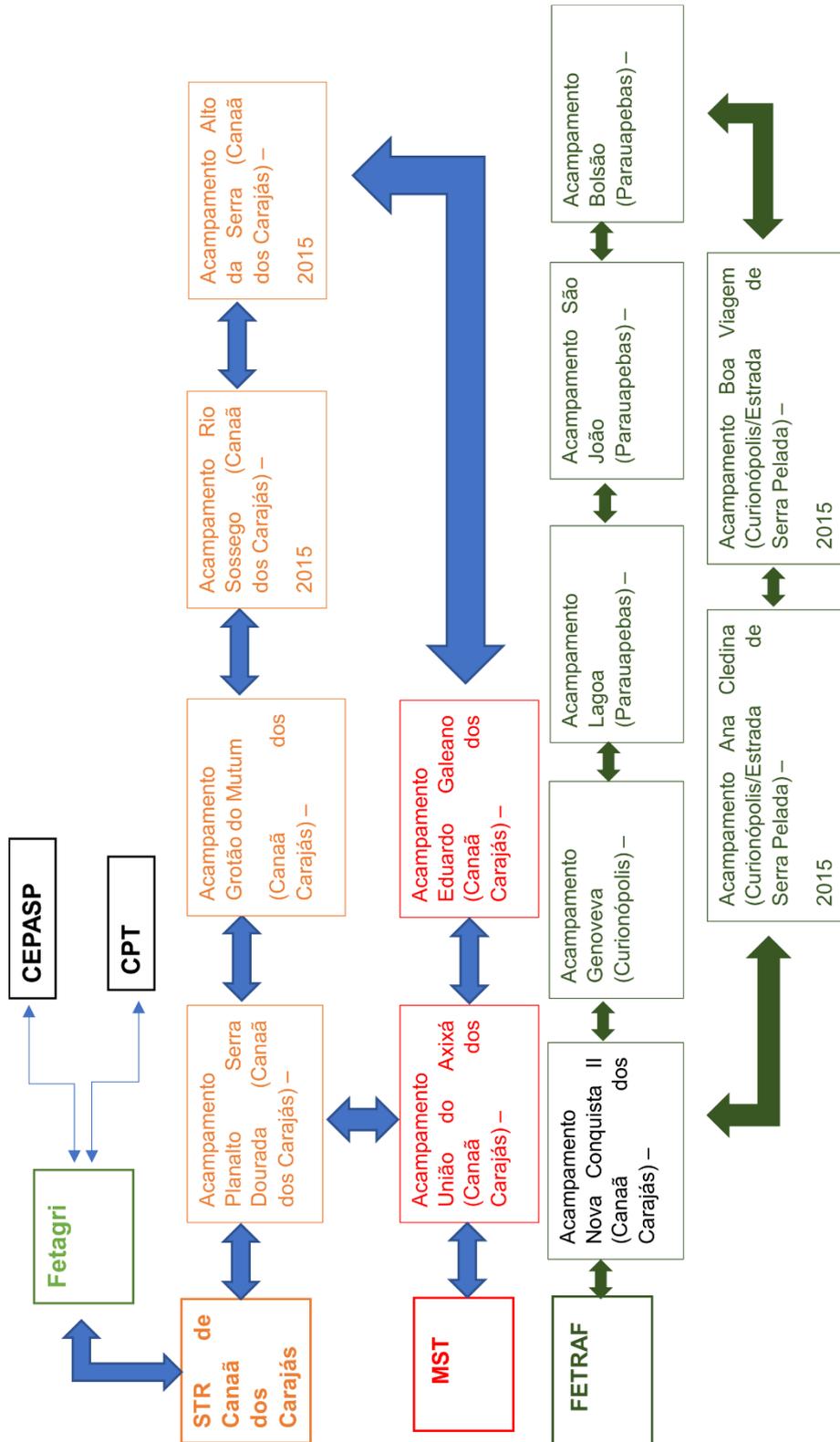
Essa produção é igualmente um projeto político, pois possibilitou a criação da Feira dos Acampados, realizada em espaços públicos ou no STTR de Canaã dos Carajás, com o objetivo de vender os víveres produzidos pelos acampados, a preços menores do que são praticados em outros locais e estabelecer um diálogo com a sociedade civil sobre a importância da agricultura familiar e o sentido da luta empreendida, conforme revela um dos acampados.

O pessoal da feira estavam lá vendendo a galinha caipira de cinquenta a sessenta reais. Nós levamos muitas galinhas, todos os acampamentos foram para lá. O pessoal vende uma espiga de milho a dois reais e nós vendíamos por vinte e cinco centavos. Nós não queríamos... Não era o financeiro, ganhar dinheiro, a nossa intenção era de resistência, era mostrar para o pessoal da cidade que nós produzíamos, que nós tínhamos condições de produzir alimentos. Além de nós consumirmos ainda estávamos vendendo para eles. Porque nós estávamos quase dando, estávamos vendendo por um preço simbólico, digamos que um oitavo do valor. [...] E aí, ajudou muito nas feiras dos acampados, nós provamos que nós queremos terra para trabalhar, a gente leva a nossa produção para o pessoal da cidade comprar, ver o que é um produto bom. (Informante C, acampado do Eduardo Galeano, Canaã dos Carajás-PA, entrevista concedida em 04 agosto de 2019).

Essas estratégias de territorialização são possibilitadas pela *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* (MIRANDA, 2017) que se forma entre os acampamentos de diferentes movimentos (STTR e MST) e entre os acampamentos de um único movimento (Fetraf), conforme pode ser visualizado na figura 4.



Figura 4 - Rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra em Canaã dos Carajás/PA – MST/Fetagri/FetraF, 2019
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

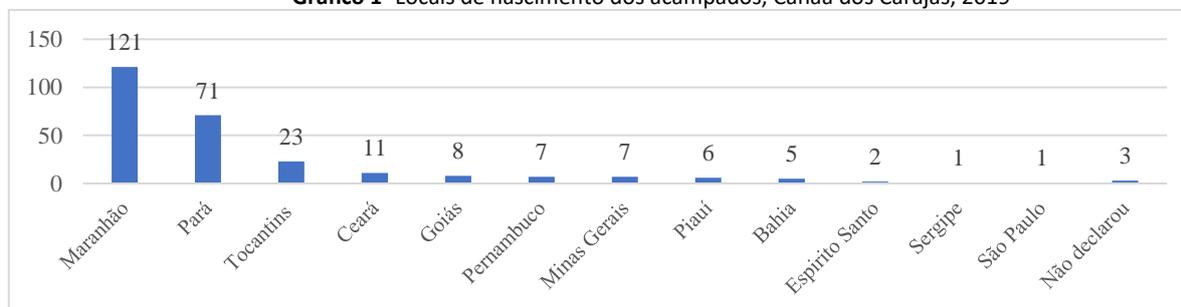


Tecidas essas considerações sobre a territorialização da luta pela terra em Canaã dos Carajás, a partir dos acampamentos organizados por movimentos sociais e sindicais, torna-se necessário compreender as formas de reprodução socioeconômica no interior desses territórios.

Reprodução socioeconômica nos acampamentos de Canaã dos Carajás-Pará

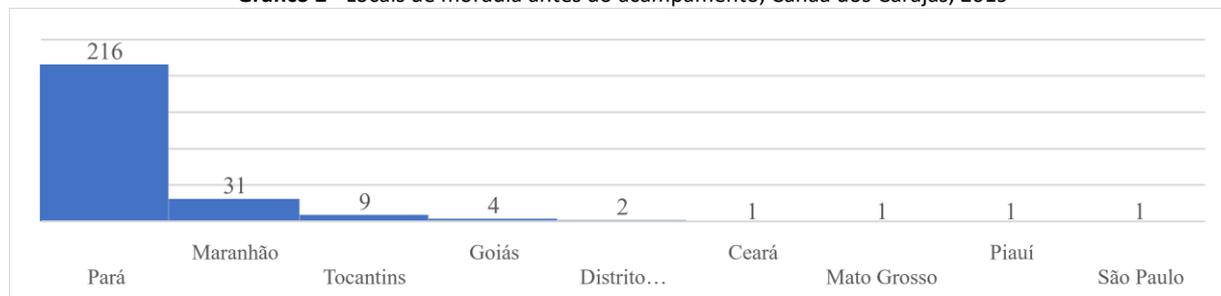
Com relação ao perfil desses acampados, é importante discutir sobre os aspectos socioeconômicos. Nesse sentido, observa-se que, em sua grande maioria, são sujeitos oriundos de outros estados brasileiros. O gráfico 1 indica que 72,18% (192) dos acampados nasceram fora do Pará, dos quais 45,48% (121) são originários do Maranhão. Ao se comparar com o gráfico 2, visualiza-se que muitos desenvolveram migrações dentro do próprio estado do Pará (81,20%), principalmente em realidades que possuem projetos de mineração, a exemplo de Parauapebas, em que 67 acampados revelaram residir, ou mesmo Canaã dos Carajás, onde 61 acampados informaram ter morado antes de ir para o acampamento. Outros migraram do Maranhão (11,65%), Tocantins (3,38%), Goiás, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso, Piauí e São Paulo (correspondendo a 3,77% do total).

Gráfico 1 - Locais de nascimento dos acampados, Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 2 - Locais de moradia antes do acampamento, Canaã dos Carajás, 2019

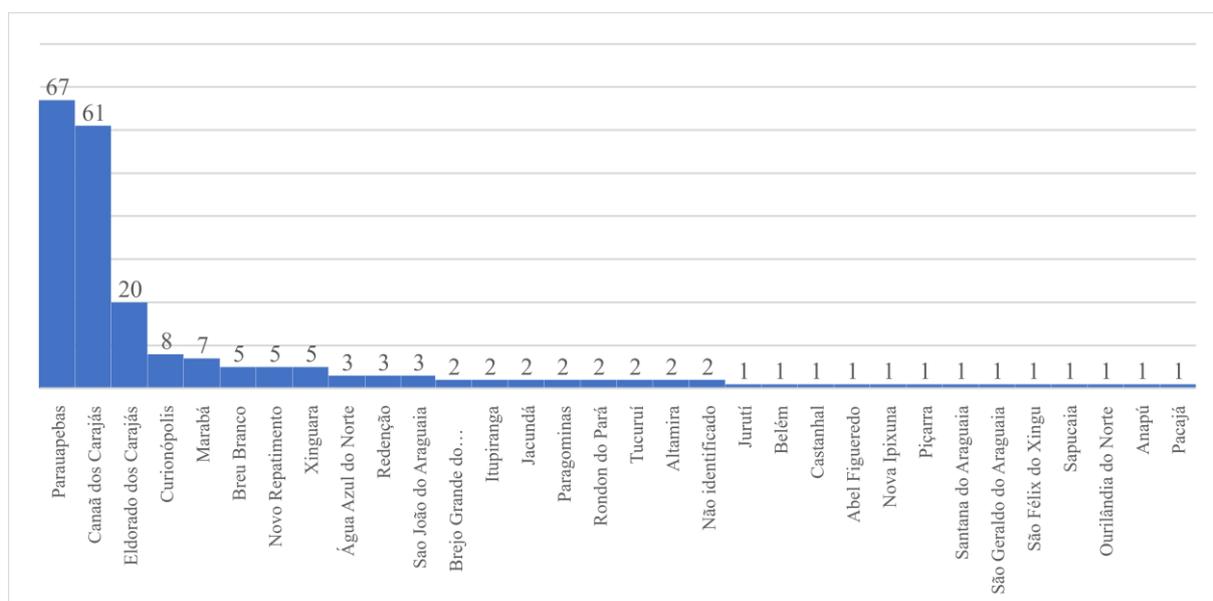


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.



Dentre os acampados que já eram residentes no Pará, seja em Canaã dos Carajás (22,93%), seja em realidades contíguas, como Parauapebas (25,18%), Eldorado dos Carajás (7,51%), Curionópolis (3%) e Marabá (2,63%), – ver gráfico 3 –, destaca-se que esses mobilizaram suas redes de proximidades para a constituição dos acampamentos, visto que agregados de assentados ou seus filhos perpetuam a luta pela terra por não terem condições de se reproduzirem nos PAs, por razões diversas e se lançam nos acampamentos auxiliados pela rede geográfica solidária camponesa que forma entre os acampamentos e assentamentos, muito embora hoje ela seja mais forte entre os próprios acampamentos. Nesse estudo, foram identificados quatro antigos moradores do assentamento 17 de Abril (Eldorado dos Carajás), quatro do assentamento Palmares II (Parauapebas) e dois do assentamento Cabanos (Eldorado dos Carajás). Outros agenciamentos são realizados entre os acampados e pessoas próximas residentes em Canã dos Carajás, mediante a ajuda com alimentos, roupas, remédios etc.

Gráfico 3 - Locais de moradia dos acampados residentes no Pará antes do acampamento, 2019



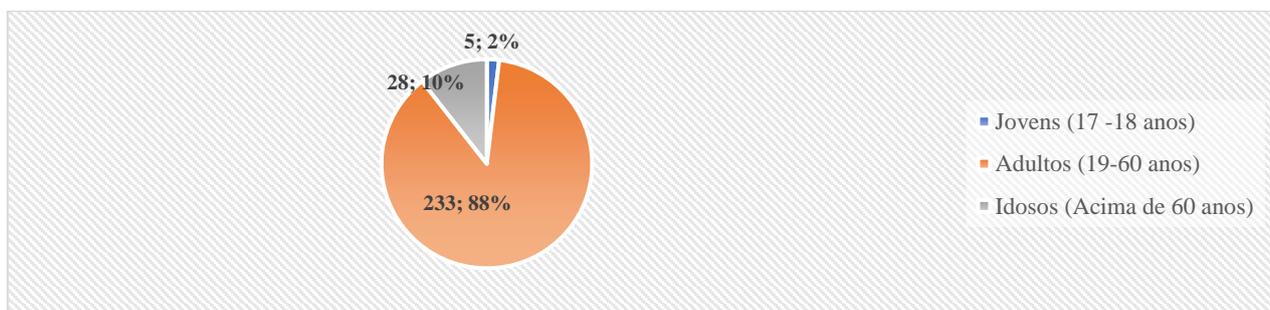
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Esses dados corroboram com a ideia de que são força de trabalho migrante em busca de empregos em áreas de projetos de mineração e/ou possuem sua mobilidade restrita aos “circuitos da vulnerabilidade” (ACSERALD, 2011), ou seja, locais de grande risco social e ambiental.

Com relação a faixa etária dos acampados pesquisados, predomina os adultos entre 19 e 60 anos, considerados a População Economicamente Ativa (PEA), entretanto são sujeitos que se encontram aliados do

mercado de trabalho, cuja perspectiva de reprodução socioeconômica está assentada, no presente momento, nos acampamentos (ver gráfico 4).

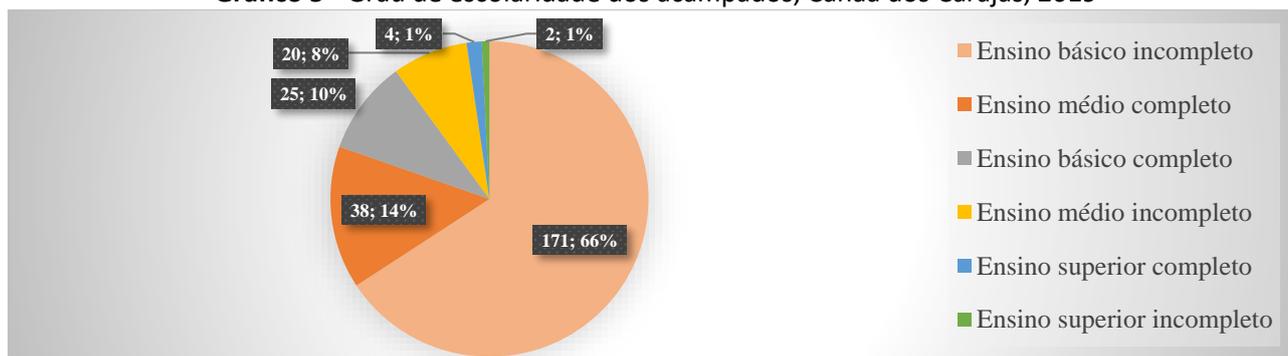
Gráfico 4 - Faixa etária dos acampados de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com relação ao grau de escolaridade dos acampados, em geral, apresentam o ensino básico incompleto (66%) ou o ensino médio incompleto (8%), concorrendo para que 74% deles não tenham concluído o ensino básico e/ou médio, dificultando ainda mais a sua inserção no mercado de trabalho formal (ver gráfico 5).

Gráfico 5 - Grau de escolaridade dos acampados, Canaã dos Carajás, 2019

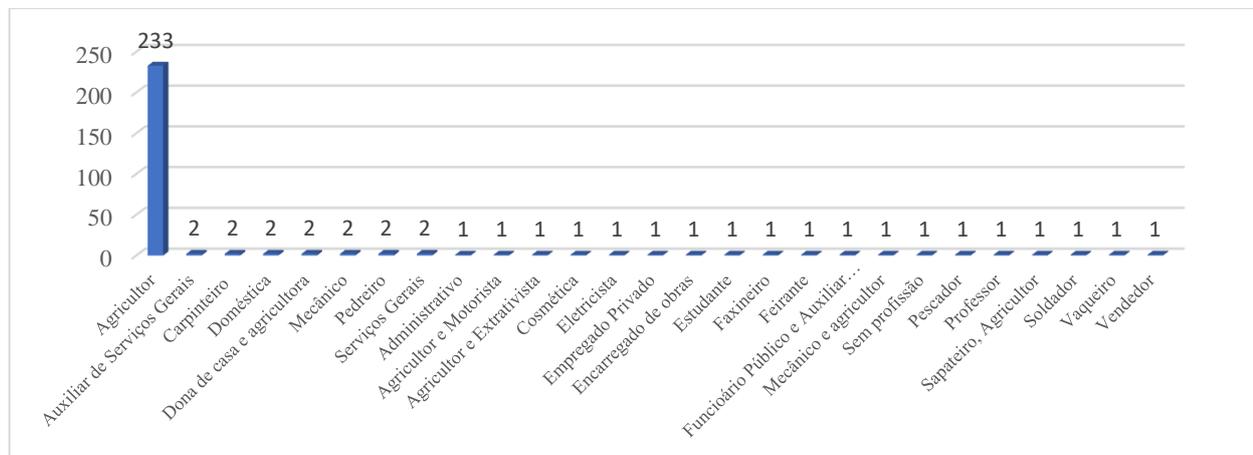


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Por seu turno, muitos exercem atividades relacionadas à agricultura (87,59%), ou desenvolvem a agricultura e outra atividade (12,41%), como carpintaria, diarista, mecânico, serviços gerais, pedreiro, motorista, costureira, eletricitista, faxineiro, vendedor etc. (ver gráfico 6).



Gráfico 6 - Profissão dos acampados de 2019

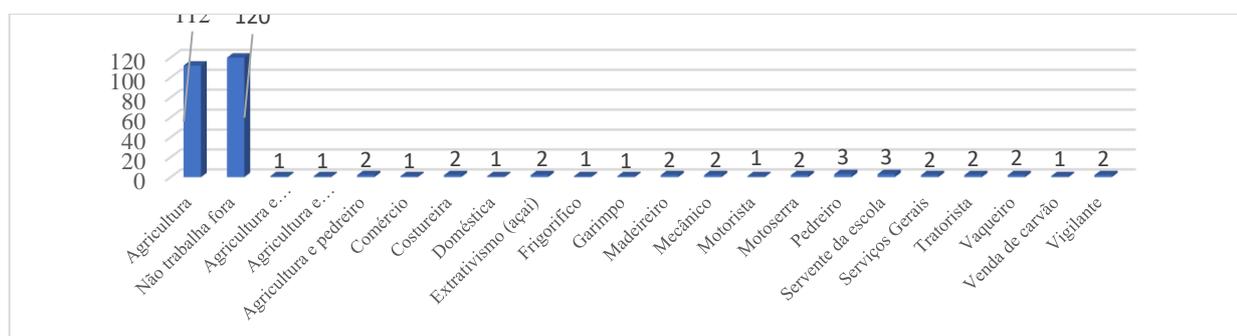


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Essas outras profissões exercidas para além do setor primário se relacionam com a necessidade de conseguirem renda fora do acampamento, seja nas cidades e vilas próximas ou em fazendas.

De acordo com o gráfico 7, a seguir, 45,11% (120) dos acampados não exercem atividades fora do acampamento, enquanto que os 54,89% (146) que desenvolvem algum ofício com o intuito de angariar renda, trabalham, principalmente, com tarefas relacionadas à agricultura ou à pecuária (construção de cercados, pulverização de veneno, roça, vacina de gado, cortar lenha, capina, tirar leite etc.), em troca de uma diária que varia entre R\$ 40,00 a R\$ 60,00 reais. Em poucos casos existem pessoas que conseguem um emprego formal nas escolas enquanto servente. Mas, no geral, exercem empregos informais e por tempo limitado, atuando como pedreiro, costureira, doméstica, garimpeiro, madeireiro, operador de motosserra, mecânico, motorista, vaqueiro, entre outros.

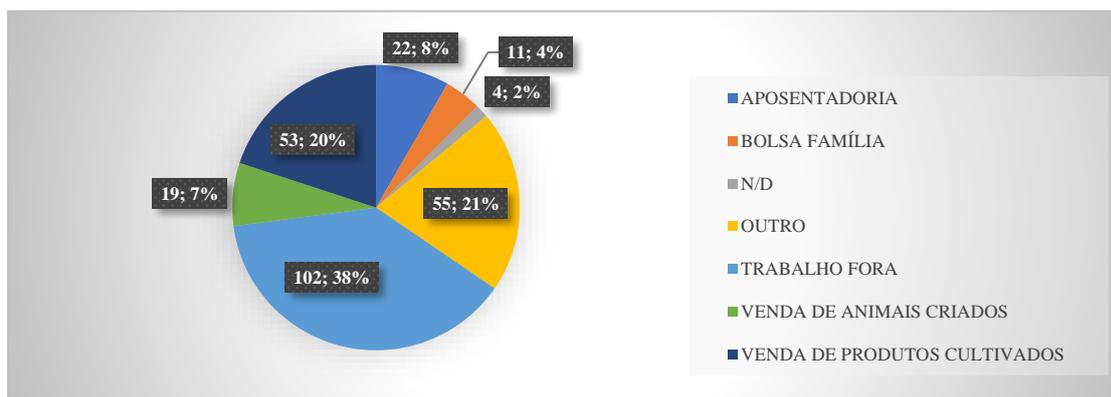
Gráfico 7 - Atividades executadas pelos acampados fora do acampamento de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Esses trabalhos externos ao acampamento em troca de diária ou outros meios de remuneração compreendem a 38% das formas de obtenção de renda por parte dos acampados pesquisados, ao passo que a venda dos produtos em feiras, supermercados ou para atravessadores representam 20% (ver gráfico 8).

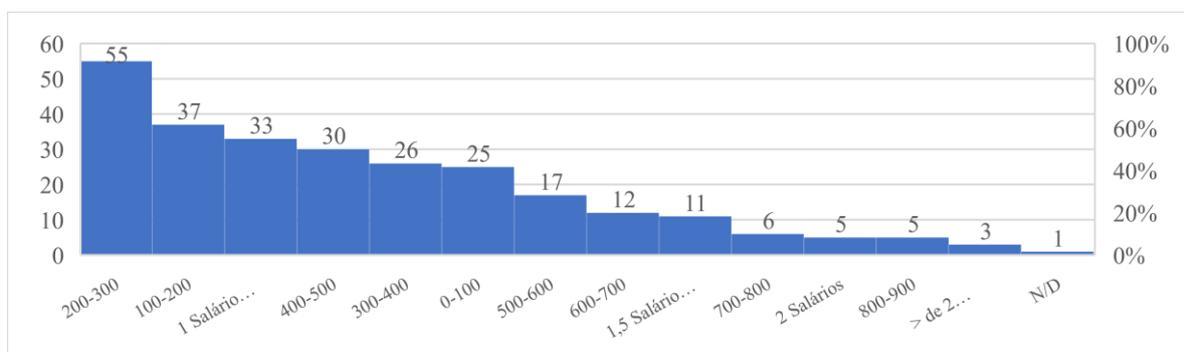
Gráfico 8 - Fonte de renda dos acampados, Canaã dos Carajás de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Perante aos programas de assistência social do governo, venda de produtos agrícolas ou criações de pequeno porte, aposentadorias, trabalhos informais realizados fora do acampamento, entre outros, ou mesmo em função de não desenvolver atividades rentáveis, a renda média familiar dos acampados gira, principalmente, entre nenhuma renda a R\$300,00, compreendendo a realidade de 43.98% (117) dos pesquisados; 31,95% (85) vivem com uma renda variando entre R\$300,00 e R\$700,00; 4,13% (11) possuem uma renda entre R\$700,00 e R\$900,00; 12,40% (33) conseguem manter um salário mínimo e 6% (16) chegam a ter um salário mínimo e meio ou no máximo dois (ver gráfico 9).

Gráfico 9 - Renda familiar média dos acampados de Canaã dos Carajás, 2019

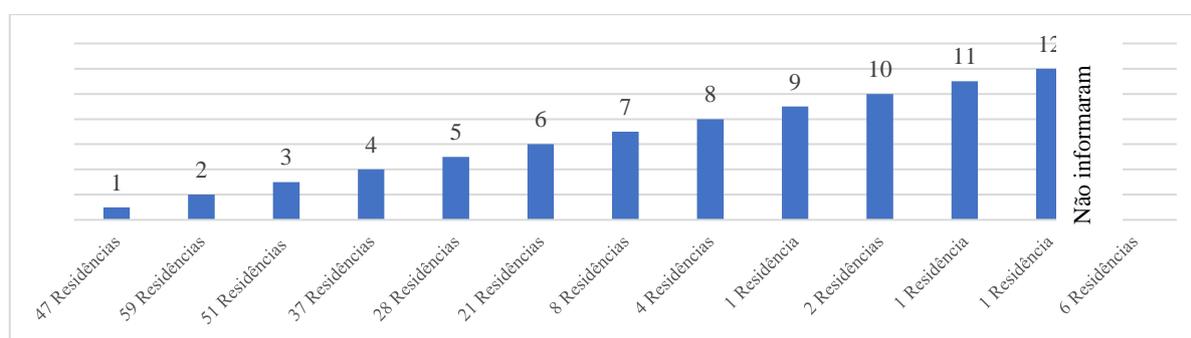


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.



Essa renda é bastante baixa se for considerada que ela é de todo o núcleo familiar, o qual é composto geralmente por uma a seis pessoas. Conforme pode ser visualizado no gráfico 10, a seguir, 47 (17,66%), moradias comportam apenas uma pessoa, mas em 59 (22,18%) residências existem pelo menos duas pessoas, em 51 (19,17%) habitações verifica-se três residentes, em 37 (13,90%) casas eram quatro indivíduos residentes, em 28 (10,52%) moradias existiam cinco sujeitos e em 21 (7,89%) havia seis familiares. Em 17 (6,39%) residências foram encontradas uma variação de 7 a 12 pessoas coabitando.

Gráfico 10 - Número de pessoas por residências nos acampamentos de Canaã dos Carajás, 2019

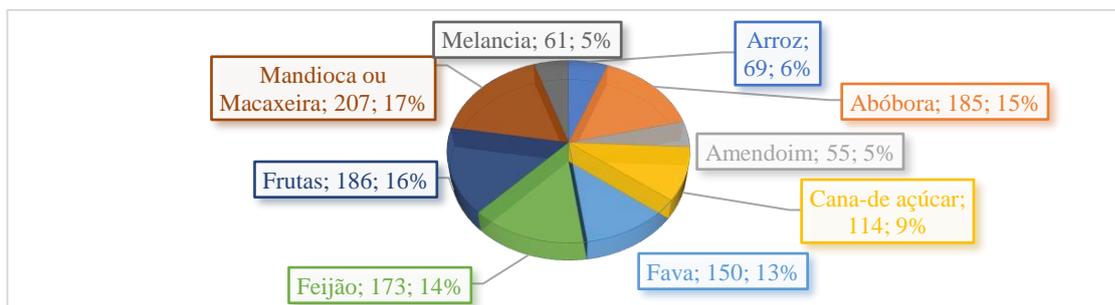


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em razão da existência desse núcleo familiar relativamente grande por residência, visto que 73,68% (196) das casas apresentam entre dois e seis moradores, a baixa renda desses sujeitos, bem como a diminuta escolaridade e poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, o acampamento acaba lhes favorecendo em termos de sua reprodução socioeconômica, visto que, mesmo diante das condições adversas e precárias em que vivem, podem viver sem o pagamento, por exemplo, de aluguel, energia elétrica e água, além de conseguirem sobreviver das criações e plantações que desenvolvem, principalmente naqueles acampamentos cuja área já foi repartida em lotes.

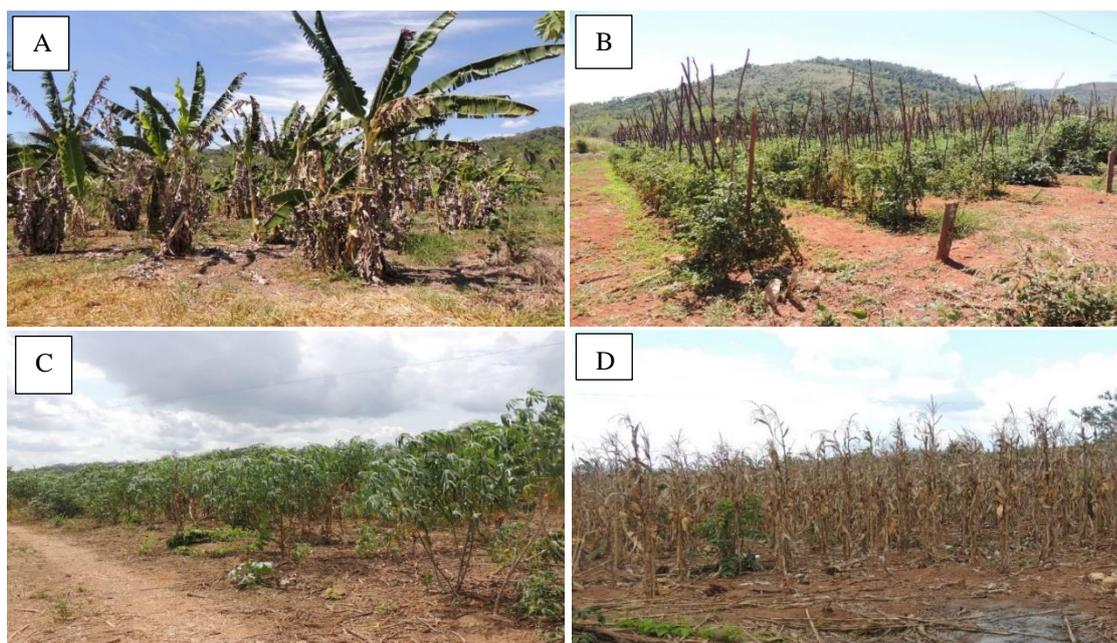
Em termos de produção agrícola, destacam-se culturas de ciclo curto, como a mandioca ou macaxeira (dos 266 pesquisados, 207 responderam plantar), abóbora (dos 266 pesquisados, 185 responderam plantar), feijão (dos 266 pesquisados, 173 responderam plantar), fava (dos 266 pesquisados, 150 responderam plantar), entre outros; além de frutas (dos 266 pesquisados, 186 responderam plantar) e hortaliças (ver gráfico 11 e figura 5).

Gráfico 11 - Cultivos desenvolvidos pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 5 - Produções agrícolas nos acampamentos de Canaã dos Carajás-Pará, 2019.

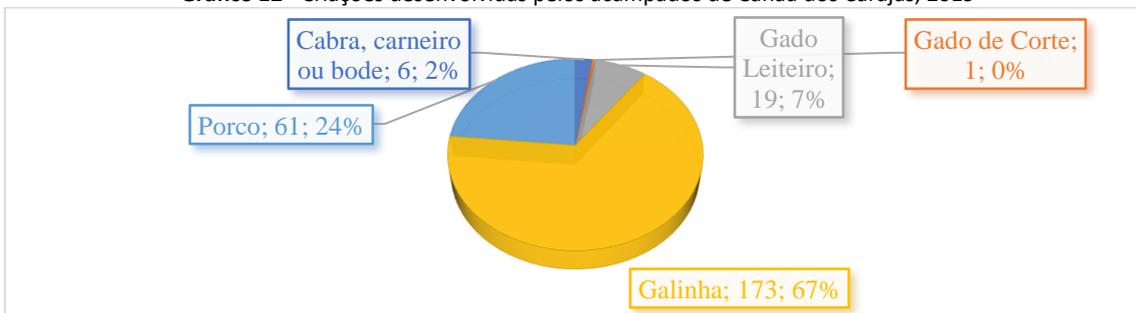


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A) Produção de banana. Acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019. B) Plantação de maracujá no acampamento União do Axixá, Canaã dos Carajás, 2019. C) Produção de mandioca, Acampamento Eduardo Galeano, Canaã dos Carajás, 2019. D) Produção de milho, Acampamento Eduardo Galeano, Canaã dos Carajás, 2019

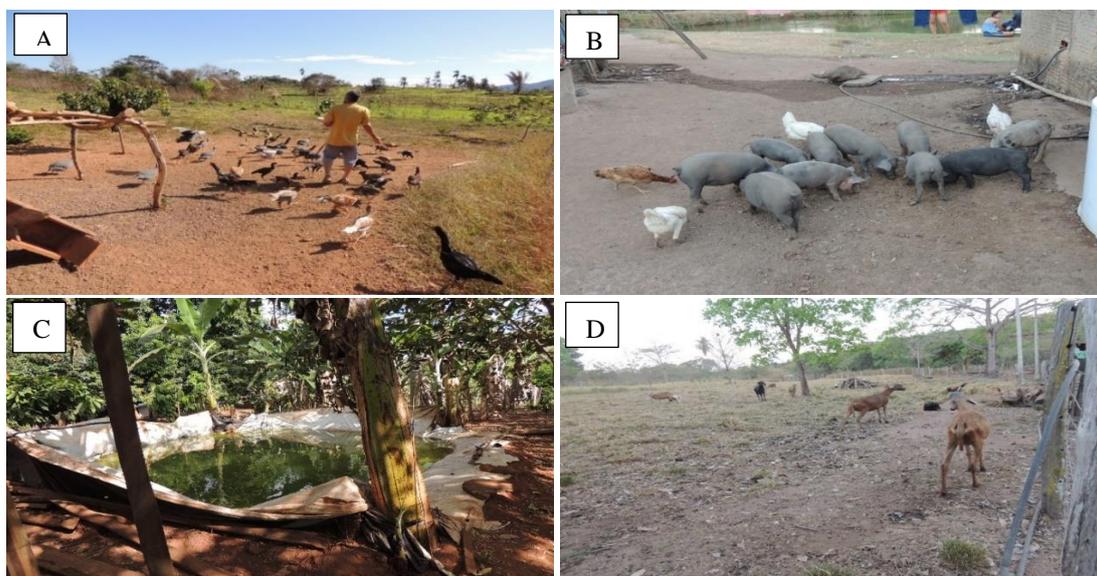
Com relação as criações, destacam-se aves, especialmente galinhas (dos 266 pesquisados, 173 responderam que criavam), seguida do porco (dos 266 pesquisados, 61 responderam que criavam), do gado leiteiro (dos 266 pesquisados, 19 responderam que criavam), cabras, carneiros e bodes (dos 266 pesquisados, 6 responderam que criavam) – ver gráfico 12 e figura 6, abaixo.

Gráfico 12 - Criações desenvolvidas pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 6 - Criações de animais nos acampamentos de Canaã dos Carajás-Pará, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A) Criação de galinha no Acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019. B) Criação de porcos no acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019. C) Reservatório destinado a piscicultura no Acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019. D) Criação de caprinos no acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019.

Os cultivos e criações são, em sua maior parte, para consumo do núcleo familiar, utilizando-se do trabalho dos parentes e vizinhos, contudo uma porção é reservada para venda em feiras ou para atravessadores que as revendem para comércios e supermercados de Canaã dos Carajás e Parauapebas.

Esse perfil socioeconômico revela uma territorialização precária dos acampados. No entanto, anuncia-se enquanto uma forma de reprodução mais viável do que a vida nas periferias urbanas, devido ao



desemprego ou subemprego e a dificuldade de realizarem plantações e criações nas cidades. Com efeito, os acampamentos representam a possibilidade de retorno à terra como meio de reprodução socioeconômica e simbólico-cultural, ainda que signifique a disputa desses outros usos do território com os agentes hegemônicos.

CONCLUSÕES

A realidade do sudeste paraense, historicamente, possui seu território disputado por agentes econômicos ligados ao latifúndio, os quais visam o uso do território e seus recursos (água, floresta, terra e subsolo) com fins mercadológicos. Por esse motivo, expropriam os povos do campo com anuência do Estado via financiamentos públicos, construção de infraestrutura (rodovias, portos, ferrovias, sistema de telecomunicação, geração de energia por hidrelétricas etc.), incentivos fiscais, cessão de uso da terra (que posteriormente é apropriada privadamente) e de direitos minerários sobre o subsolo.

Esse processo não ocorre sem resistência e luta pelo direito ao território e de existir outros usos sobre ele que não seja o definido pelos agentes hegemônicos, emergindo diversos movimentos sociais e sindicais, dentre os quais, sobressaem-se, na realidade de Canaã dos Carajás, o MST, STTR e a Fetraf, que organizam os sem-terra e ocupam áreas antes monopolizadas pela Vale S.A. - ainda que de maneira irregular por se tratarem de propriedades da União –, construindo acampamentos que permitem a territorialização desses sujeitos outrora expropriados.

Apesar dessa territorialização ser precária (em função das dificuldades cotidianas) e relativamente provisória (devido as ameaças de reintegração de posse), garante aos sem-terra condições mínimas de reprodução econômico-política (produção de alimentos para o núcleo familiar e a ressignificação do sentido da terra, voltada para a vida e não exclusivamente para o lucro) e cultural-simbólica (desapropriação simbólica de elementos outrora negados, como a terra, o rio e a mata que agora a podem acessar), lhes permitindo o direito, ainda que de maneira incerta, de não sobreviver no “movimento forçado” em busca de emprego e renda.



REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa. **II Seminário Nacional Psicologia em Emergências e Desastres. Lógicas e práticas sóciopolíticas que ampliam a vulnerabilidade social**. 2011. (Seminário). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/Vulnerabilidades - Henri_Acselrad.pdf>. Acessado em 09 de outubro de 2020.
- ALMEIDA, R. H. **Territorialização camponesa no sudeste do Pará**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2006.
- BRASIL. **Lei 6.897 de 30 de março de 1981**. Autoriza a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <[http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6897-30-marco-1981-371572-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Autoriza%20a%20aliena%C3%A7%C3%A3o%2C%20sob%20a,Par%C3%A1%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%20o%20CONGRESSO,Art.>> Acesso em 22 de agosto de 2019.</p><p>CRUZ, T. M. da. Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. 2015. 121 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, 2015.</p><p>DNPM. Sistema de informações geográficas da mineração. 2020. Disponível em < Acessado em: 29/09/2020.
- FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais ...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.
- GUERRA, A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IHA, M. H. **A territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os acampamentos do MST em Iaras (SP)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências. 2005.
- INCRA. **Painel de assentamentos**. 2020. Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acessado em 06 de outubro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>> Acessado em 29 de setembro de 2020.
- LOERA, N. C. R. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.73-93.
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, v. 11,2008, p. 57-67.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos fins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MIRANDA, M. A ação federal/estadual na propriedade da terra: colonização no corredor da estrada de ferro Carajás. In: BECKER, Berta (org.). **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB, 1990, p. 75-85.
- MIRANDA, R. **Contra-hegemonia e território do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) no sudeste paraense**. 2017. 380 fls. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana/ FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MIRANDA, R. R.; SUZUKI, J. C. A construção dos territórios-assentamentos no sudeste paraense. In: SUZUKI, J. C.; BORGES, V.; BITELLI, F. M. (Orgs.). **Da Geografia à Amazônia: reflexões críticas para pensar a América Latina**. 1ªed.São Paulo: FFLCH/USP, 2021, v. 1, p. 170-201.
- PINA CABRAL, J. de. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, vol. 2(1), 1996, pp. 25-57.



RAMOS FILHO, E. da S. **“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”**: MST e novas territorialidades na Usina Santa Clara. Aracaju, 2002. 162 fls. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina Dias (org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Ed. Insular, 2011, p.63-89.

SANTOS, A. A. S. dos. **Mineração e conflitos fundiários no sudeste paraense**. 2018. 122 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, 2015.

SIGAUD, L. M. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 58, 2000, p. 73-92.

SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p. 255-280.

SIGAUD, L. M. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.53-72.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.